



## Plenário aprova isenção de imposto na Amazônia Legal

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores Lucas Barreto, Davi Alcolumbre, Jaques Wagner (em pé) e Randolfe Rodrigues durante sessão em Plenário

Pela legislação atual, apenas a Amazônia Ocidental e o Amapá possuem isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para produtos feitos com matéria-prima da região

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a produção da indústria da área de livre comércio de importação e exportação da Amazônia Legal que utilize prioritariamente matéria-prima da região. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O autor, senador Randolfe Rodrigues, explicou que a legislação atual concede a isenção do IPI a produtos que utilizam matérias-primas com origem apenas na

Amazônia Ocidental e no Amapá. Essa limitação cria problemas para o Amapá, já que algumas indústrias instaladas no estado utilizam matéria-prima originada em municípios que são próximos, mas localizados no Pará.

O projeto havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e passaria pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas requerimento de urgência aprovado após acordo de lideranças permitiu a votação em Plenário. **3**

### Davi faz avaliação positiva do primeiro semestre da Casa

No encerramento da última sessão deliberativa do Senado no semestre, o presidente Davi Alcolumbre destacou a convivência e o diálogo entre os senadores para enfrentar os desafios do momento vivido pelo país. Davi agradeceu a confiança dos parlamentares e foi elogiado por vários deles. **3**

### Debatedores querem mais empresas no mercado de gás

Em audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, representantes do governo e da Agência Nacional do Petróleo defenderam o incremento da competição na oferta de gás de cozinha para reduzir o preço final ao consumidor. A ideia é aumentar o número de empresas no setor. **5**

### Projeto que criminaliza caixa dois vai à Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a criminalização do caixa dois eleitoral. O texto, que segue para a Câmara, faz parte do pacote anticrime. Senadores alegaram que o projeto estava prejudicado, pois o tema já havia sido aprovado nas dez medidas contra a corrupção. **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidente da comissão, Vanderlan (C) comandou o debate sobre a estatal

### Senadores e especialistas pedem mais investimentos na Embrapa

Em audiência ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia, senadores e técnicos do Executivo defenderam mais investimentos para incrementar a produção agrícola e cobraram o fortalecimento da Embrapa. Só 11,4% do orçamento da empresa é destinado à pesquisa e inovação. **6**

### Governadores defendem estados na reforma

Em debate ontem na comissão especial da reforma da Previdência, os governadores do Piauí, Wellington Dias, do Paraná, Ratinho Junior, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, pediram aos senadores que

incluam estados e municípios na reforma da Previdência. Segundo eles, a iniciativa é necessária para acertar as contas locais e será difícil que os deputados estaduais aceitem fazer a reforma no ano que vem. **5**



Eduardo Leite é ouvido por Wellington Dias, senador Rodrigo Pacheco e Ratinho Junior durante debate

Gerardo Magela/Agência Senado

Texto reduz faixas sem construção perto de rodovias **3**

Fumar deverá ser proibido em estádios **6**

Greenwald explica vazamentos hoje em comissão **2**

Doador de sangue poderá pagar meia em espetáculos **8**

# Voto aberto em eleições de Mesas do Congresso avança

Proposta, que vai a Plenário, deixa explícita no texto constitucional a regra, que valerá para Senado, Câmara, assembleias legislativas, câmaras municipais e escolha de comandos do TCU e do Judiciário

ALVO DE CONTROVÉRSIA na última eleição para a Presidência do Senado, o voto aberto nas eleições das Mesas do Congresso Nacional poderá passar a ser expresso na Constituição. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2019, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que torna essa determinação explícita no texto constitucional.

“A necessidade do voto aberto tem por fundamento o princípio da publicidade e transparência nas deliberações administrativas do Congresso Nacional. O povo brasileiro exige transparência e publicidade dos atos de seus representantes, muito embora a matéria seja interna corporis [que deve ser resolvida internamente]”, argumenta Rose na justificativa.

A relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), recomendou a aprovação da PEC. Ela também entende que o exercício de poder estabelecido pela



Patricio Franco/Agência Senado

Para Rose, deliberações do Congresso devem ter publicidade

Constituição é sempre regido pelo princípio da publicidade e se estende a todos os Poderes do Estado.

“Todas as vezes que a Constituição deseja impor o voto secreto, assim o faz expressamente”, destaca Juíza Selma no parecer.

Como a Constituição não define o tipo de votação que deve ser aplicada na eleição das Mesas do Congresso, alguns sustentam que haveria

margem, segundo observou a relatora, para se invocar os regimentos internos da Câmara e do Senado e tentar emplacar o voto secreto nessa escolha.

O senador Humberto Costa (PT-PE) foi contra a iniciativa. Segundo ele, é um “grande equívoco”, diante da possibilidade de influência política, e até mesmo econômica, no processo eleitoral.

Apesar de a regulação trazida pela proposta se aplicar, por analogia, às eleições para as Mesas das assembleias legislativas estaduais, das câmaras municipais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a relatora resolveu acolher quatro emendas oferecidas pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO) que contemplam, expressamente, essas e outras medidas. As alterações aproveitadas por Juíza Selma também estabelecem eleição por sessão pública e voto aberto para a escolha do comando do TCU e de órgãos do Judiciário.

A PEC segue para o Plenário.

# Debate: plano para esporte tem que privilegiar inclusão

O papel da Secretaria Especial do Esporte, a importância dos desportos militar e escolar e a urgente inclusão dos surdos no plano que pretende estabelecer as novas diretrizes do esporte nacional foram os principais assuntos da segunda audiência do ciclo que a Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base promoveu ontem.

O secretário especial do Esporte do Ministério da Cidadania, Décio Brasil, disse que a intenção do governo é submeter uma prévia do documento ao Conselho Nacional

de Esporte até outubro.

Segundo o diretor do Departamento do Desporto Militar do Ministério da Defesa, Jorge Antonio Smicelato, a intenção é consolidar ações e programas de formação de atletas olímpicos e paralímpicos.

A representante da Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos, Deborah Souza, explicou que esses atletas não são paralímpicos e acabam sem a verba para esse fim.

Leila Barros (PSB-DF) se mostrou favorável à aprovação.

— Precisamos entregar isso para os que veem o esporte como ferramenta de inclusão.

# Roraima vive colapso social e crise humanitária, aponta audiência

Fome, desemprego, assistência social, aumento da violência e ausência de infraestrutura de saúde e educação. Esse é o cenário vivido por Roraima em 2019, segundo participantes de audiência das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Direitos Humanos (CDH) que debateram ontem como o Brasil está lidando com o aumento da imigração, especialmente de venezuelanos.

— Vi com meus próprios olhos muitos venezuelanos passando fome em Roraima. Pelo menos 10 mil deles estão completamente desassistidos e passando fome, com muitos indo a óbito. Muitas mulheres

e crianças não têm nenhuma assistência de saúde, vi crianças mortas jogadas em redes de esgoto. Também é assustador o número de moradores de rua, tanto venezuelanos quanto brasileiros — disse João Rodarte, diretor da Sociedade Espírita Auta de Souza, uma das instituições religiosas que tem prestado auxílio voluntário com organizações do governo e da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador Mecias de Jesus (PRB-RR) confirmou que a situação em seu estado é “dramática”, atinge brasileiros e venezuelanos e cobrou ações mais efetivas por parte do governo federal.

# Glenn Greenwald fala hoje sobre as mensagens da Lava Jato

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) recebe hoje o jornalista Glenn Greenwald, responsável pelo site The Intercept Brasil, para falar sobre os vazamentos de supostas conversas entre o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava-Jato. O convite é do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

# Zequinha Marinho celebra os 77 anos do Banco da Amazônia

O senador Zequinha Marinho (PSC-PA) apresentou em Plenário ontem requerimento de voto de aplauso pelos 77 anos do Banco da Amazônia, comemorados na terça-feira. Como servidor de carreira da instituição, ele lembrou do compromisso do banco com o desenvolvimento regional, que surgiu com a missão de financiar seringais na região para abastecer os países aliados durante a 2ª Guerra.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Irajá comemora aprovação de projeto sobre casas populares

Irajá (PSD-TO) comemorou ontem a aprovação do projeto de lei que dispensa o habite-se de todas as moradias populares do Brasil com caráter unifamiliar, de pavimento térreo e construídas há mais de cinco anos. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado e agora segue para sanção.

— Gostaria de comemorar com milhões de brasileiros, mais precisamente com 7 milhões de moradores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Para Humberto Costa, Deltan Dallagnol é um perseguidor

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que áudio divulgado pelo site The Intercept Brasil revela que Deltan Dallagnol é uma figura que se caracteriza não como um procurador, mas como um perseguidor da República. Segundo o senador, trata-se da prova cabal do envolvimento dos agentes da Lava Jato numa articulação direta para prender Lula, retirá-lo das eleições de 2018 e impedi-lo de falar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Jayme Campos defende projeto para conclusão de obras de creches

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem projeto de sua autoria que determina a conclusão de obras de creches já iniciadas, quando a União transferir para os municípios e o Distrito Federal recursos para construção de estabelecimentos de educação infantil.

O senador informou que só em Mato Grosso há 84 obras de creches paralisadas. No Brasil, de 8 mil creches iniciadas, só 39% foram concluídas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Paim celebra sentença que isenta mulher de fazer nova perícia

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a primeira sentença, proferida por um juiz do Rio de Janeiro, com base em projeto de sua autoria, que isenta de novas perícias médicas pessoas com HIV/aids aposentadas por invalidez. Segundo ele, a decisão judicial restabeleceu a uma mulher o benefício cancelado pelo governo, depois de ter sido convocada para uma nova perícia, ainda antes de a lei entrar em vigor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## RÁPIDAS

### DUAS COMISSÕES DE MPS SÃO INSTALADAS E ELEGEM DIRIGENTES

As comissões mistas que irão analisar as Medidas Provisórias 884/2019 e 885/2019 foram instaladas ontem. A primeira faz alterações no Código Florestal e a outra, no Fundo Nacional Antidrogas. O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO) e o senador Irajá (PSD-TO) serão o presidente e o relator da comissão da MP 884. Na comissão da MP 885, o presidente será o senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES) e o relator, o deputado Capitão Wagner (Pros-CE).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CDH Veículos adaptados

9h Entre 37 itens, o PLS 195/2011, que obriga autoescolas a ter veículo adaptado para pessoas com deficiência.

### MP 882/2019 Programa de parcerias

9h Audiência pública.

### SESSÃO ESPECIAL Revolução de 32

9h Comemoração do Dia da Revolução Constitucionalista de 1932.

### CCJ Mensagens vazadas

10h Debate com Glenn Greenwald.

### CMA Fundo Amazônia

10h Audiência sobre a gestão do Fundo Amazônia.

### CRE Violência nas fronteiras

10h Audiência para discutir violência contra mulheres nas fronteiras. O embaixador do Uruguai e os governadores de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul estão entre os convidados. Depois, pauta de 18 itens.

### MP 881/2019 Redução de burocracia

10h Análise do relatório.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

### CSF Requerimentos

11h Análise de requerimentos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Senado aprova isenção de IPI na Amazônia Legal

A legislação atual concede a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos que utilizam matéria-prima com origem apenas na Amazônia Ocidental e no Amapá, o que cria problemas para a região

O SENADO APROVOU ontem, em Plenário, projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a produção da indústria da área de livre comércio de importação e exportação da Amazônia Legal que utilize prioritariamente matéria-prima da região. O PL 1.753/2019 segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e passaria pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas requerimento de urgência aprovado após acordo de lideranças permitiu a votação em Plenário.

— Esta matéria é de uma contribuição enorme para a nossa economia, que padece com 20% da população desempregada, com uma recessão aprofundada nos últimos anos. O texto traz a possibilidade de mobilização da economia — comemorou o autor, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Ele explicou que a legislação atual concede a isenção do IPI a produtos que utilizem matérias-primas com origem



Autor do texto, Randolfe diz que projeto terá impacto na economia

apenas na Amazônia Ocidental e no Amapá. Essa limitação cria problemas para o Amapá, já que algumas indústrias instaladas no estado utilizam matéria-prima originada em municípios que são próximos, mas localizados no Pará.

Para corrigir o problema, projeto substitui a expressão regional “da Amazônia Ocidental e no estado do Amapá” por “Amazônia Legal”. O texto ainda faz referência à matéria-prima resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Legal.

— Com essa alteração, a

proposição contempla não só a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, como as demais áreas de livre comércio da região amazônica — explicou o senador Lucas Barreto (PSD-AP), designado para relatar o texto em Plenário.

O conceito de Amazônia Legal foi instituído como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica. Engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão.

## Projeto sobre instrutor de trânsito vai à sanção

O instrutor de trânsito será dispensado da exigência de habilitação na categoria D para exercer sua atividade. É o que estabelece o PLC 29/2018, aprovado no Plenário ontem. O texto vai à sanção.

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria D permite ao motorista conduzir veículos utilizados no

transporte de passageiros, cuja lotação exceda oito pessoas, excluindo o condutor. É o caso de ônibus e micro-ônibus.

A proposta foi apresentada pelo então deputado federal Esperidião Amin (PP), hoje senador por Santa Catarina. A intenção foi corrigir “um equívoco e uma desproporção” na Lei 12.302, de 2010, sem

causar prejuízos à qualidade do processo de formação de condutores e à segurança do trânsito. A relatora, Mailza Gomes (PP-AC), concordou que a atual exigência legal de, no mínimo, um ano de habilitação na categoria D impõe um ônus “desarrazoado e desproporcional” aos instrutores de trânsito.

## Aprovado visto para trabalho na Alemanha

O Plenário aprovou ontem projeto que possibilita a brasileiros e alemães tirar um visto de férias-trabalho válido por um ano em ambos os países. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 58/2019 aprova o Memorando de Entendimento entre os governos do Brasil e da Alemanha, assinado em

fevereiro de 2015, que concede visto temporário para jovens de ambos os países com idades de 18 a 30 anos. Assim o visto permitirá a permanência no território do outro país para fins de turismo, com a possibilidade de exercer um trabalho formal. O texto será promulgado pelo Senado.

De acordo com a proposta, o jovem não poderá estar acompanhado por dependentes e deverá já ter passagem de retorno ao país de origem. Outro requisito será ter plano de saúde e seguro contra acidentes válido durante todo o período no outro país, com cobertura de gastos com hospitais.

## Ao encerrar sessões deliberativas do semestre, Davi tem gestão elogiada

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, encerrou a última sessão deliberativa do semestre com um pronunciamento emocionado sobre os avanços da Casa nos últimos meses, período que considerou histórico.

— Não tenho dúvida de que essa missão me foi dada num momento histórico do Brasil, em que seremos lembrados como senadores que tiveram a altivez de enfrentar as dificuldades. Tendo divergência, convergência, mas acima de tudo convivência, carinho e a experiência acumulada desta Casa de 193 anos — disse.

Davi também agradeceu a ajuda de todos os senadores

pelos conquistas e o apoio para superar os desafios. E foi elogiado por vários senadores.

— Aquilo que reivindiquei, como líder da oposição, Vossa Excelência cumpriu. Nunca duvidei dessa capacidade como magistrado à frente do Senado — declarou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Já o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), manifestou admiração.

— Não votei no senhor, mas a partir da oportunidade que lhe foi dada, Vossa Excelência tratou de pacificar e de unificar as forças políticas da Casa — disse.



Davi agradeceu a ajuda de todos os senadores pelas conquistas

## Faixas sem construção à margem de rodovias poderão ser reduzidas

Projeto que prevê a permissão municipal para construção de edificações a menos de 15 metros de rodovias e ferrovias foi aprovado ontem pelo Plenário e agora segue para a Câmara.

O PL 693/2019, de Jorginho Mello (PL-SC) e relatado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), modifica a legislação que regula o parcelamento do solo urbano. Hoje a distância mínima para as

construções é de 15 metros. Pelo proposta, os municípios poderão aprovar a redução desse limite até 5 metros.

A nova regra não afetará edificações construídas até julho de 2018 às margens de vias que atravessem perímetros urbanos. Além disso, o projeto inclui na lei a reserva de faixa não edificável de pelo menos 15 metros às margens de rios, lagos, lagoas e açudes.

## Antonio Barra Torres vai ocupar uma das cinco diretorias da Anvisa

O Plenário aprovou ontem a indicação do contra-almirante da Marinha Antonio Barra Torres para ocupar uma das cinco diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foram 61 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções.

O novo diretor foi sabatinado pela manhã na Comissão

de Assuntos Sociais (CAS). Ele afirmou que o principal desafio da agência é dar celeridade às atividades de regulação e defendeu aprofundamento de estudos para embasar a liberação do uso medicinal do canabidiol — substância extraída da *Cannabis sativa*, a planta da maconha.

### RÁPIDAS

#### ANUNCIADO GRUPO QUE VAI INTEGRAR COMISSÃO DO CONGRESSO NO RECESSO

Foram anunciados ontem os senadores escolhidos para integrar a comissão representativa do Congresso Nacional que atuará no recesso parlamentar, de 18 a 31 de julho. São eles: Eduardo Braga (MDB-AM), Esperidião Amin (PP-SC), Acir Gurgacz (PDT-RO), Izalci Lucas (PSDB-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Otto Alencar (PSD-BA), Nelsinho Trad (PSD-MS), Alvaro Dias (Podemos-PR), Lasier Martins (Podemos-RS) e as senadoras Leila Barros (PSB-DF) e Zenaide Maia (Pros-RN).

#### ADIADA VOTAÇÃO DE PROJETO QUE CRIA CARGOS EM TRIBUNAL DE SÃO PAULO

A votação do PLC 93/2017, pautada para ontem, foi adiada por decisão do Plenário. O texto cria no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) 225 cargos efetivos, sendo 96 de analista judiciário e 129 de técnico judiciário, além de 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas, com despesas cobertas por dotações orçamentárias consignadas ao tribunal. A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) apresentou o pedido de adiamento da votação por entender que a proposta exige análise mais apurada.

#### JUÍZES RUBENS CANUTO NETO E CANDICE JOBIM SÃO APROVADOS PARA O CNJ

O Senado aprovou ontem as indicações da juíza Candice Jobim e do juiz Rubens Canuto Neto para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2019/2021. Os dois foram indicados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois foram sabatinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em junho, quando ressaltaram a importância de os magistrados agirem com independência, discrição e sem pressão da imprensa ou da opinião pública.

#### PEC QUE DISCIPLINA PEDIDO DE VISTA NOS TRIBUNAIS PASSA POR TERCEIRA SESSÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 82/2019 passou ontem pela terceira sessão de discussão em primeiro turno no Plenário. A proposição será submetida a mais uma sessão de discussão na próxima sessão deliberativa. Do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a PEC disciplina os pedidos de vista e dispõe sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais. O senador explica que a proposição pretende “corrigir os prazos eternos” dos pedidos de vista nos tribunais.

# Criminalização do caixa 2 em eleições vai à Câmara

Projeto que passou na Comissão de Constituição e Justiça tem o mesmo teor de proposta aprovada no mês passado, mas senadores avaliaram que novo texto tem menos chance de ser derrubado na Câmara

MESMO COM A ponderação de vários senadores sobre uma possível prejudicialidade, já que o assunto foi discutido e inserido na proposta das medidas contra a corrupção (PLC 27/2017) aprovada no mês passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a criminalização do caixa dois eleitoral. Por ser terminativo, o PL 1.865/2019 seguirá para a Câmara, se não houver recurso para análise do Plenário.

O projeto foi apresentado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) e outros senadores como parte do pacote anticrime, reproduzindo o teor das propostas enviadas à Câmara pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

Apesar da questão sobre a possível prejudicialidade, levantada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), a autora do projeto, o relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), e a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), avaliaram ser prudente aprovar o texto repetitivo para não haver o risco de o assunto, inserido por emenda do Senado, ser eliminado pelos deputados, agora que o projeto das medidas contra a corrupção voltou



Pedro França/Agência Senado

O projeto foi apresentado por Eliziane, como parte do pacote anticrime

para análise final da Câmara.

— Estrategicamente, esse projeto, aprovado como está, pode andar mais rápido na Câmara, sem prejuízo das medidas que aprovamos na CCJ e no Plenário, de combate à corrupção — explicou Bittar.

## Crime

Pelo texto, torna-se crime arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar dinheiro, bens ou serviços monetizáveis que não estejam registrados na contabilidade oficial de campanha. A pena prevista é de dois a cinco anos de prisão. A mesma punição vale para quem doar, contribuir ou fornecer os recursos para os candidatos e integrantes de partidos. Se o autor do delito for agente público, a pena pode ser aumentada de um a

dois terços.

Emenda apresentada pelo relator criou um agravante à pena, em um a dois terços, caso os recursos, valores, bens ou serviços usados em caixa dois eleitoral venham de ações criminosas.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) observou que o projeto criminaliza o uso de recursos de caixa dois apenas na campanha eleitoral e sugeriu que a legislação também observe o período da pré-campanha, antes da formalização das candidaturas, no que foi apoiado por Eduardo Braga (MDB-AM).

Eliziane explicou que já é crime fazer campanha antecipada e avaliou que o projeto penaliza o uso dos recursos não contabilizados durante o período específico da campanha eleitoral.

## Texto que dá transparência a fundos públicos avança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que obriga o governo federal a manter atualizadas e disponíveis para consulta informações sobre a gestão de recursos de diversos fundos públicos, entre eles o fundo partidário. O PLC 202/2015 segue para o Plenário.

O processo de atualização e divulgação de dados deverá alcançar ainda o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT),

o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), o Fundo Nacional de Saúde (FNS), além dos fundos constitucionais de financiamento das Regiões Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Para o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta está em sintonia com o princípio da publicidade e o

dever de prestação de contas pela administração pública, ambos estabelecidos pela Constituição.

“Os fundos em questão movimentam recursos da ordem de bilhões de reais, cujos investimentos são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas da educação, da saúde, da infraestrutura e, também, na redução das desigualdades regionais”, afirma Anastasia.

## Eliziane comemora projeto que criminaliza o caixa dois

Eliziane Gama (Cidadania-MA) comemorou a aprovação do projeto que criminaliza o uso de dinheiro não declarado em campanhas eleitorais, o caixa dois. Pelo PL 1865/2019, a pena prevista para o crime é a de reclusão, entre dois e cinco anos.

— Temos hoje quase que um financiamento público. E não adianta você ter a garantia de um financiamento público se você tem candidatos que buscam recursos outros para aumentar o volume de suas campanhas eleitorais e conseguirem, com isso, uma votação maior e uma eleição.

## Castro defende fixar teto para gastos com campanhas

Marcelo Castro (MDB-PI) defendeu projeto que fixa limites de gastos de campanha para todos os cargos eletivos. O PL 3.810/2019, explicou, é importante para assegurar condições semelhantes entre os candidatos.

— O processo eleitoral deve estar aberto a todo cidadão que queira contribuir com o desenvolvimento do seu país. Ao longo da nossa história, no entanto, tais princípios foram desvirtuados pela ação nociva do capital.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Conselho do MP deve ser imparcial, afirma Oriovisto

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) criticou em Plenário a postura de alguns senadores durante a reunião de terça-feira da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que sabatinou três indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O senador acusou seus colegas de exigirem posicionamento dos entrevistados a respeito de atitudes do procurador da República Deltan Dallagnol em diálogo divulgado pelo site The Intercept Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Zenaide pede servidores na Defensoria Pública da União

Zenaide Maia (Prosr-RN) solicitou do governo federal a edição de uma medida provisória para prorrogar o prazo de concessão à Defensoria Pública da União (DPU) de 800 funcionários de carreira vinculados a outros órgãos. De acordo com a senadora, os servidores deverão voltar aos órgãos de origem até o dia 27. Se isso acontecer, 44 unidades da defensoria fecharão.

— Num momento como esse, a gente ficar sem defensoria pública?



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Plenário aprova extinção de débitos tributários de empresas

O Plenário aprovou ontem o texto substitutivo ao projeto que anistia débitos tributários pelo descumprimento da entrega da guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP) pelas empresas. Como foi alterada pelos senadores, a proposta volta para análise da Câmara.

O projeto passou também ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi aprovado requerimento de urgência. A votação foi possível graças a um acordo

dos senadores sobre a quebra de interstício, para acelerar a tramitação.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que leu parecer em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deu voto favorável na forma do substitutivo apresentado na CAS pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O texto aplica-se exclusivamente aos casos em que tenha sido apresentada a GFIP com informações e sem fato gerador de recolhimento do FGTS.

## Comissão confirma uso de carro apreendido por força de segurança

Carros apreendidos e sem identificação que permita encontrar seus donos poderão reforçar a frota das forças de segurança da União, dos estados e do Distrito Federal. A Comissão de Constituição e Justiça confirmou ontem, em turno suplementar, substitutivo ao PLS 483/2017, que dá a destinação aos veículos retidos nessas condições. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o texto será enviado para a Câmara.

Do senador Elmano Férrer

(Podemos-PI) e relatado pela Senadora Simone Tebet (MDB-MS), o projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) para permitir o uso pelos órgãos de segurança pública quando o veículo apreendido não tiver sua propriedade identificada, após passar por vistoria e exame pericial.

A proposta prevê ainda que se houver identificação futura do proprietário, o veículo deverá ser imediatamente retirado de circulação.

## Sistema de Economia Solidária pode passar a receber incentivo

O Sistema Nacional de Economia Solidária pode ganhar mais força. Projeto que incentiva essa modalidade foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e agora será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O marco legal para o setor foi defendido pelo relator do PLC 137/2017, senador Jaques Wagner (PT-BA). Ele explicou que a economia solidária abrange um conjunto variado de empreendimentos econômicos e sociais, sendo uma área que já vem prospe-

rando, “apesar da omissão do Estado brasileiro”.

— Julgamos fundamental que o Estado reconheça legalmente a existência dessas organizações e, mais que isso, empenhe-se na implementação de políticas públicas destinadas a fomentá-las — pontuou.

O parecer de Wagner acatou parte do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que promoveu ajustes ao texto inicial, para afastar eventuais contestações sobre sua constitucionalidade.

# Governadores defendem Estados na reforma

Wellington Dias, Eduardo Leite e Ratinho Junior disseram que estados e municípios precisam de uma reforma da Previdência e que será difícil aprová-la separadamente, em cada unidade da Federação

**NÃO HAVERÁ FIM** de privilégios enquanto o país não alcançar um regramento único para o modelo de Previdência, até o limite do teto do INSS e um regramento para o sistema complementar, acima do teto das aposentadorias e pensões.

A afirmação foi feita pelo governador do Piauí, Wellington Dias, em debate ontem na comissão especial do Senado que acompanha a reforma da Previdência, em votação no Plenário da Câmara.

— É necessária a adoção de medidas que possam permitir o equilíbrio financeiro e atuarial nas previdências pública e privada, de uma reforma que permita ao Brasil ter o que outros países desenvolvidos e em desenvolvimento já alcançaram: a unificação das regras — defendeu.

O debate também contou com a participação dos governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e do Paraná, Ratinho Junior, que assim como Dias, defenderam a inclusão de estados e municípios no texto da reforma da Previdência.

Na avaliação dos três gover-



Eduardo Leite e o senador Rodrigo Pacheco ouvem Wellington Dias

nadores, se a inclusão dos estados e municípios não ocorrer na Câmara, poderia ser feita durante a votação do texto da reforma no Senado ou por meio de uma proposta paralela de emenda à Constituição (PEC).

Wellington Dias afirmou que as medidas previstas na reforma terão efeito reduzido devido ao deficit previdenciário dos estados, que no Piauí vai atingir R\$ 27 bilhões em 2044. Já Ratinho Junior disse que o deficit previdenciário do Paraná é de R\$ 8,4 bilhões.

Relator da comissão especial, Tasso Jereissati (PSDB-CE) também defendeu a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência.

— Parece-me que essa é também a posição da maioria dos senadores, embora haja focos de resistência — afirmou Tasso, citando ainda demandas de professores, policiais e bombeiros como “questões que estão a rondar”.

Para a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), a discussão sobre a reforma da Previdência não pode paralisar o Brasil. Ela lembrou que há também a reforma tributária, a desburocratização e o pacto federativo.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) considerou “insensato” não incluir estados e municípios no texto da reforma.

— Há duas tentativas que vislumbro se a Câmara não aprovar a inclusão. Na primeira, incluímos estados e municípios no texto. Na segunda, é facultada a estados e municípios a adesão à reforma em um prazo de 180 dias mediante lei complementar — sugeriu.

A inclusão dos estados e municípios também foi defendida pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) e pelos senadores Roberto Rocha (PSDB-MA), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Major Olimpio (PSL-SP).

## Mercado pode reduzir preço do gás de cozinha, propõe debate

Representantes do governo e da Agência Nacional do Petróleo (ANP) defenderam ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o incremento da competição na oferta de gás de cozinha para reduzir o preço final ao consumidor. A ideia é aumentar o número de empresas que participam da produção e da distribuição. Mas empresas distribuidoras e revendedoras afirmam que o problema está na política de preços da Petrobras, que levaria a valores superiores às cotações internacionais.

Depois de 13 anos de congelamento no preço de revenda, houve reajustes em

2015 sobre o gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial. Em 2017, foi adotada uma nova política de preços com reajustes mensais, o que levou a uma alta acumulada de 67,08% no ano. Atualmente os reajustes são trimestrais.

Para o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que propôs o debate, é preciso buscar uma solução:

— O Congresso Nacional está preocupado com a situação do gás de cozinha no nosso país para que pais e mães não tenham que voltar a utilizar carvão e lenha para cozinhar. Isso é um dano grave à cidadania.

## Aposentadoria maior que o mínimo pode ter reajuste

Aposentadorias e pensões pagas pelo INSS e com valor superior a um salário mínimo poderão passar a ter reajuste anual na mesma data e com base no mesmo indicador — Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — adotado para aumento do piso mínimo nacional. A medida é defendida pelo Projeto de Lei

do Senado (PLS) 302/2016, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta recebeu voto favorável, com emenda, do relator, senador Flávio Arns (Rede-PR).

## Governo suspende redução de imposto para importados

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) se reuniu ontem com representantes do Ministério da Economia e o governo decidiu suspender até 30 de agosto os efeitos da Portaria 309/2019, que estabelece novas regras para a redução da alíquota do Imposto de Importação

sobre bens de capital e bens de informática e telecomunicações. Até lá, o ministério não dará autorizações para a compra de bens de capital e bens de informática e telecomunicações com redução do imposto. A portaria foi criticada na ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Davi celebra aprovação da proposta pela Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, celebrou ontem, em Plenário, a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) pela Câmara dos Deputados. No início da noite os deputados ratificaram o texto em primeiro turno, por 379 votos favoráveis a 131 contrários.

Davi destacou o placar “expressivo” a favor da reforma e disse que ele demonstra a força do Parlamento para lidar com essa questão. Para o presidente, a nova Previdência Social é um bom sinal para as novas gerações.

— Parabéns a Câmara dos Deputados pelo esforço.

## Randolfe defende ajustes no acordo Mercosul-Europa

Apesar de saudar o anúncio do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, após mais de 20 anos de negociação, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ontem que é preciso ajustar os termos para evitar desvantagens a setores da economia brasileira. Segundo o senador, a União Europeia tem uma indústria desenvolvida, com preços convidativos e agricultura subsidiada. O Brasil tem uma indústria obsoleta que enfrenta grave crise e o agronegócio está em expansão. Ele alertou para o que chamou de “temores deste acordo” citando cotas e tarifas praticadas pelos europeus.

## Tecnologia é essencial para país avançar, afirma Izalci Lucas

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou ontem visita feita na segunda-feira à Rádio Jovem Pan AM e FM, em São Paulo. Ele elogiou a modernização digital que está sendo feita nos estúdios. Para o senador, o investimento em tecnologia é essencial para que o Brasil se iguale aos países desenvolvidos. Por isso, ressaltou, as principais bandeiras de seu mandato são a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação.

— As nações que mais avançaram são aquelas que investem nessa área.

## Preço do botijão precisa ser reduzido, diz Ciro Nogueira

Ciro Nogueira (PP-PI) cobrou ontem que o governo cumpra a promessa de reduzir o preço do gás de cozinha. O valor está tão alto, disse ele, que muitas famílias voltaram a usar a lenha e o carvão para o preparo de alimentos. Para o senador, esse cenário é resultado da política de preços adotada pela Petrobras e, principalmente, da alta concentração que existe no setor de distribuição do produto.

— Hoje temos quatro distribuidoras que têm praticamente a totalidade da distribuição do gás de cozinha.

## Vanderlan destaca PEC da Reforma Tributária apresentada na terça

Vanderlan Cardoso (PP-GO) defendeu a PEC 110/2019, que trata da reforma tributária, apresentada na terça-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ele disse que a reforma tributária é o segundo maior problema do país, atrás apenas da dívida pública federal. Para o senador, o sistema tributário é complexo e confuso.

— Cobram-se muitos impostos e, de forma extremamente burocrática, além das cobranças federais, cada estado e cada município têm suas cobranças.

## Jorge Kajuru sugere alteração na tabela do Imposto de Renda

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou, em Plenário, o PL 2.988/2019, que altera as alíquotas da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física. Segundo o projeto, a alíquota não incidirá sobre o valor específico, como atualmente, mas sobre a quantidade de salários mínimos recebidos. Pela proposta de Kajuru, estarão isentos do imposto profissionais que recebem até quatro salários mínimos. Por outro lado, os que recebem acima de 60 salários mínimos pagarão uma alíquota de 40%.

# Vai à Câmara proibição de fumo em ambiente coletivo

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais impede que pessoas fumem em eventos esportivos, estádios, ginásios e locais como salas de aula, cinemas, bibliotecas e recintos de trabalho

FREQUENTADORES DE REPARTIÇÕES públicas, salas de aula, bibliotecas, recintos de trabalho coletivo, teatro, cinema e eventos esportivos poderão ser proibidos de fumar nesses locais. A medida deverá ser introduzida no Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671, de 2003) e na Lei Antifumo (Lei 9.294, de 1996) pelo PL 2.330/2019, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta recebeu parecer pela aprovação do relator, senador Romário (Podemos-RJ), e segue para a Câmara.

O projeto, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), determina que a proibição é condição para acesso e permanência do torcedor em estádios, ginásios e arenas desportivas. A norma começará



Autor, Girão defende proteção dos prejuízos causados pelo cigarro

a valer 180 dias após a transformação do projeto em lei.

Durante a discussão da proposta, no entanto, Girão pediu a inclusão dos demais locais no projeto, o que foi acatado por Romário.

— A gente quer proteger essas pessoas dos prejuízos causados pelo cigarro. São R\$ 57 bilhões gastos por ano pelo Sistema Único de Saúde, além das milhares de vidas perdidas — disse Girão.

Para Romário, o mal causado pelo fumo é tão evidente que não há quem queira, hoje, perpetuar esse vício.

“Quem fuma quer parar e não recomenda que amigos e familiares adotem o mau-hábito. Quem não fuma não pensa em começar. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o consumo de fumo matou em 2017 mais de sete milhões de pessoas. Caso ainda mais grave configura-se com os não fumantes, que se tornam, contra a sua vontade, fumantes passivos”, observa o relator.

## Projeto sobre direitos dos animais vai a Plenário

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que classifica os animais como sujeitos de direitos, com acesso a tutela jurisdicional. Segundo o PLC 27/2018, os animais não poderão mais ser tratados como objetos inanimados. O texto segue para Plenário.

Pelo projeto do deputado Ri-

cardo Izar (PP-SP), os animais passam a possuir natureza jurídica sui generis, como sujeitos de direitos despersonalizados. Também são reconhecidos como seres sencientes, dotados de natureza biológica e emocional e passíveis de sofrimento.

O texto também acrescenta dispositivo à Lei dos Crimes

Ambientais para determinar que os animais não sejam mais considerados bens móveis para fins do Código Civil.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que a nova lei não afetará hábitos de alimentação ou práticas culturais, mas contribuirá para elevar a compreensão da legislação sobre o tratamento de outros seres.

## Debate: Embrapa precisa de recursos para pesquisa

Senadores e técnicos do Poder Executivo defenderam ontem mais investimentos no setor de ciência e tecnologia para incrementar a produção agrícola do país. Durante audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), eles cobraram o fortalecimento da Embrapa. O orçamento do órgão para 2019 é de R\$ 3,6 bilhões. Desse total, apenas R\$ 414 milhões (11,4%) vão para pesquisa, inovação e investimento.

Para o senador Izalci Lucas

(PSDB-DF), a Embrapa não pode depender apenas de dotação orçamentária para o desenvolvimento de projetos. Segundo ele, o órgão poderia ter autonomia para “alavancar seus próprios recursos” na iniciativa privada ou em organismos internacionais. Izalci afirmou, porém, que o dinheiro do orçamento não pode ser contingenciado.

— Não basta ter recursos. Tem que ter regularidade. Estamos tentando proibir o contingenciamento para

pesquisa na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

O autor do requerimento para a audiência pública foi o senador Chico Rodrigues (DEM-RR). Ele lembrou que, graças à adoção da tecnologia, o Brasil atingiu o recorde de produção de quase 250 milhões de toneladas de grãos em 2017. Para Rodrigues, o resultado só pôde ser obtido devido a uma combinação de tecnologia, clima, terra e recursos humanos.

## Depreciação deve ser incluída no cálculo de produtos agropecuários

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem projeto do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), que inclui a depreciação de equipamentos e máquinas no cálculo dos preços mínimos de produtos agropecuários.

O texto é um substitutivo apresentado pelo relator, senador Jayme Campos (DEM-MT) ao PL 1.284/2019. O projeto precisa ser votado em turno suplementar, antes de seguir para a Câmara.

O projeto propõe novas regras para a definição de preços mínimos de produtos agropecuários. Na avaliação de Heinze, os parâmetros utilizados hoje para definir esses valores que servem de base para o mercado não garantem a cobertura integral dos custos de produção, em especial aqueles relativos à depreciação de máquinas e equipamentos usados na produção.

## Comissão aprova projeto que reduz prazo de patente de medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLS 437/2018, que limita em 20 anos a propriedade das patentes de medicamentos. Do senador José Serra (PSDB-SP), a proposta adapta a legislação ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, na sigla em inglês), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do qual o Brasil é signatário.

O Trips, assinado por Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Japão e outras nações em 1994, prevê que o direito de propriedade sobre uma patente se extingue passados 20 anos do registro.

O PLS 437/2018 recebeu voto favorável do relator, senador Romário (Podemos-RJ). De acordo com ele, o projeto tem potencial para aprimorar a concessão de patentes de medicamentos no país.

### RÁPIDAS

#### TRANSPARÊNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA AVANÇA

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou projeto do senador Eduardo Gomes (MDB-TO) que dá mais transparência e publicidade às normas sobre defesa agropecuária no Brasil. O PL 2.993/2019 segue para votação na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), em decisão terminativa. A intenção da proposta é adequar os atos normativos sobre defesa agropecuária à Lei de Acesso à Informação. O projeto foi relatado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC).

#### COMISSÃO AVALIARÁ POLÍTICA SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou plano de trabalho para monitorar, ao longo do ano, a execução da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). A comissão acompanhará o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil com a assinatura do Acordo de Paris, que são o propósito da PNMC. A Política Nacional sobre Mudança do Clima tem como meta a redução em até 39% das emissões de gases de efeito estufa pelo Brasil até 2020.

#### COMISSÃO VAI DEBATER SÍNDROME DE TOURETTE

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento conjunto dos senadores Flávio Arns (Rede-PR) e Mara Gabrilli (PSDB-SP) para realização de audiência pública sobre a síndrome de Tourette. A comissão também aprovou requerimento de audiência pública conjunta com as Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) para divulgar projeto de parceria entre a Associação Brasileira de Academias e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

#### CONSELHO DE MEDICINA PODERÁ AVALIAR CURSOS

O Conselho Federal de Medicina pode passar a participar da avaliação específica dos cursos de graduação em medicina, instituída no âmbito do Programa Mais Médicos. A inclusão da entidade nesse processo é defendida em substitutivo ao PLS 312/2015, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Por se tratar de texto alternativo, o projeto passará por nova votação na CAS antes de ir à Câmara dos Deputados, se não houver pedido para votação no Plenário.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:**  
 Marcos do Val, Weverton,  
 Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheylla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

## Plínio lamenta fechamento do Bosque da Ciência

Plínio Valério (PSDB-AM) lamentou em Plenário o fechamento do Bosque da Ciência, ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Segundo ele, o motivo do fechamento do espaço, que no ano passado recebeu 100 mil visitantes, é a falta de dinheiro, em decorrência do corte no orçamento do Inpa.

— Onde está o Fundo Amazônia, que não socorre o Bosque da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia? Se fosse uma coisa séria, se fosse uma coisa para valer, estaria pre-ocupado com o que estou.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

## Bittar elogia pedido de transparência sobre Fundo Amazônia

Marcio Bittar (MDB-AC) parabenizou o governo por exigir prestação de contas dos projetos financiados com dinheiro do Fundo Amazônia, composto, principalmente, por doações da Alemanha e da Noruega. Segundo ele, o dinheiro até ajudou a preservar 45 milhões de hectares da floresta, mas deixou de lado o fator humano, beneficiando apenas 162 mil pessoas, numa população de 20 milhões.

— Não temos estradas, porque quando se fala em fazer uma estrada na Amazônia, o mundo quase cai, porque vai acabar com a Amazônia.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

## Renilde pede para governo não fechar agência da Receita

Renilde Buihães (Pros-AL) registrou ontem sua preocupação com a decisão do presidente Jair Bolsonaro de fechar agência da Receita Federal em Santana do Ipanema (AL), sob o argumento de cortes de despesas. A senadora fez um apelo para que governo reveja a decisão. Segundo ela, caso o fechamento seja efetivado, vai prejudicar não somente a população de Santana do Ipanema, mas também moradores de outros municípios, inclusive sergipanos e pernambucanos, que passariam a ter que se deslocar até Palmeira dos Índios (AL) e Arapiraca (AL).



Valdemir Bonetto/Agência Senado

# Regras para avaliação de servidor público avançam

Comissão de Assuntos Sociais aprova relatório de Juíza Selma, baseado em substitutivo de Lasier Martins na CCJ, que cria sistema para avaliar desempenho e regulamenta demissão por ineficiência

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a demissão de servidor público concursado por insuficiência de desempenho. O PLS 116/2017— Complementar, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), ainda passaria por duas comissões, mas requerimento de urgência da relatora, Juíza Selma (PSL-MT), pode levar o projeto direto para o Plenário.

Os concursados adquirem estabilidade após três anos de serviço e avaliações periódicas de desempenho. A partir daí, só podem ser demitidos por processo administrativo disciplinar ou decisão judicial. Uma terceira possibilidade, a demissão por mau desempenho, foi incluída na Constituição em 1998 pela Emenda 19, que aguarda regulamentação.

Pela proposta, o desempenho deverá ser apurado anualmente, garantindo-se o direito à ampla defesa. As regras servirão para todos os níveis do serviço público.

Juíza Selma acatou o substitutivo de Lasier Martins (Podemos-RS) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ela rejeitou as emendas apresentadas.

Lasier afirmou que não se trata de uma ameaça aos servidores, mas uma medida que reconhece a meritocracia.

— Há 20 anos o artigo 41



Lasier Martins, Maria do Carmo Alves e Juíza Selma debatem o projeto

Genildo Magela/Agência Senado

da Constituição espera a lei complementar. Isso não existe até hoje. Não se está pedindo que o servidor seja nota 10. O que se está pedindo é que ele tire nota 4, que tenha um mínimo de interesse. O que se quer é qualificar o funcionalismo, dar mais eficiência, com estímulo ao servidor de baixo rendimento para que ele cresça. E para que os contribuintes ganhem com um serviço público qualificado.

Jayme Campos (DEM-MT) também considerou o projeto relevante “para tornar o serviço público mais eficiente”. Já Paulo Paim (PT-RS) e Zenaide Maia (Pros-RN) questionaram os critérios de avaliação e sugeriram aprofundar o debate, mas foram voto vencido.

Para Juíza Selma, o substitutivo de Lasier impede possíveis “ações arbitrárias” que comprometessem a estabilidade, tornando mais objetivos os

critérios e procedimentos. Em seu relatório, a senadora defendeu a importância do princípio da estabilidade.

### Conteúdo

O projeto prevê uma avaliação anual. Cada servidor será avaliado por três pessoas: a chefia imediata, outro servidor escolhido pela instituição e um colega da mesma unidade. Produtividade e qualidade serão fatores avaliativos fixos, associados a cinco fatores variáveis. O desempenho terá quatro conceitos: superação (S), 8 pontos ou mais; atendimento (A), de 5 a 7; atendimento parcial (P), 3 a 5 pontos; não atendimento (N), menos de 3. A possibilidade de demissão estará configurada após dois conceitos “N” seguidos. O projeto prevê que o mau desempenho relacionado a problemas de saúde poderá dar causa à demissão.

## Proposta endurece regras para nomeações no serviço público

O preenchimento de funções de confiança e cargos em comissão no serviço público deverá se submeter a regras mais rígidas. Uma das medidas impede que sejam ocupados, por pessoas enquadradas na hipótese legal de inelegibilidade. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a mudança ontem.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/2019, que vai a Plenário, passa a exigir a comprovação documental de idoneidade moral e reputação ilibada para o exercício do cargo em comissão. A proposta é de iniciativa de Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e recebeu voto favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

## União pode perder preferência para receber crédito tributário

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o PLS 485/2017 — Complementar, que altera o Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 1966) para dar preferência, no recebimento de créditos tributários cobrados judicialmente, ao ente federado que empreender mais esforços na cobrança. A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), argumenta que a legislação dá preferência absoluta para os recebimentos dos créditos à União, em seguida, aos estados e ao Distrito Federal e, se algo sobrar, aos municípios.

## Acordo Mercosul-União Europeia será avaliado

Ao aprovar ontem a avaliação de políticas públicas sobre comércio agropecuário internacional como plano de trabalho, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deu ênfase à necessidade de debate sobre o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, celebrado em 28 de junho.

O senador Luis Carlos Hein-

ze (PP-RS) salientou a importância de discutir a questão com associações de produtores rurais e de trabalhadores. Ele manifestou preocupação com a capacidade do Brasil diante da competição subsidiada: segundo as estatísticas que apresentou, os subsídios concedidos pelos membros da União Europeia à produção agropecuária bruta

alcançaram US\$ 106 bilhões contra US\$ 7 bilhões no Brasil. Heinze também criticou a carga tributária dos alimentos brasileiros, que chega a 34%, enquanto na Alemanha e na Itália, os tributos são de 7%.

— Não posso entrar concorrendo com a União Europeia com a carga tributária que temos e os subsídios que não temos — argumentou.

## Para Lasier, texto aprovado qualifica o funcionalismo

Lasier Martins (Podemos-RS) comemorou a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do PLS 116/2017 — Complementar, que regulamenta a demissão de servidores públicos concursados por mau desempenho.

Para ele, a proposta não acaba com a estabilidade, mas visa qualificar o funcionalismo e garantir um mínimo de eficiência no serviço prestado à população.

— Corresponde à qualificação do serviço, porque distingue os bons servidores e estimula os que apresentaram deficiências para que melhorem, o que é possível quando se submetem a uma avaliação de desempenho.

## Marcos Rogério critica ideologia sobre defesa ambiental

Marcos Rogério (DEM-RO) criticou o que chamou de debate ideológico e partidário que domina a pauta ambiental no Brasil. Segundo ele, o radicalismo tem dificultado a execução de planos estruturantes para o desenvolvimento do país. O senador defendeu que, assim como se busca a reafirmação da defesa do meio ambiente, sejam rompidas amarras ideológicas.

— O debate ideologizado já imprimiu em muitos um sentimento de que, quando tratamos de meio ambiente, devemos entendê-lo como um fim absoluto.

## Juíza Selma critica projeto que aumenta impostos em MT

Juíza Selma (PSL-MT) criticou ontem a proposta de revisão dos incentivos fiscais enviada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo governo do estado. A senadora pediu que os deputados estaduais não aprovem o projeto que aumenta os impostos do etanol, da energia elétrica, dos materiais de construção. Segundo ela, o texto ainda institui impostos para o que antes era isento, como a compra de ambulâncias, caminhões de lixo e ônibus escolares. A proposta estabelece 12% em cima dessa transação.

— Quando se sobretaxa as categorias produtivas, não há como imaginar que Mato Grosso vai ser um estado que atraia investimento.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

# Meia-entrada para doador de sangue vai à Câmara

De Fabiano Contarato e relatado por Romário, projeto foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Segundo levantamento do Ministério da Saúde, em 2016 só 1,6% da população era doadora

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que concede meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos para os doadores regulares de sangue. O PL 1.322/2019 é de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) e recebeu voto favorável do relator, senador Romário (Podemos-RJ). O texto seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário.

Apesar de o Ministério da Saúde fazer campanhas anuais para incentivar a doação de sangue, um levantamento da pasta demonstrou, em 2016, que apenas 1,6% da população aderiu a essa prática. O percentual está abaixo de parâmetro da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de engajamento de ao menos 4% da população de um país. A escassez é um grande problema para os bancos de sangue do país, visto que a doação é essencial para a saúde pública.



Para Romário, a estratégia pode estimular mais pessoas a doar sangue

Ao justificar o projeto, Contarato chama a atenção para a necessidade de criação de outros mecanismos para incentivar os brasileiros a tornarem-se doadores de sangue. Segundo ele, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina já concedem o benefício. Outros utilizam a doação regular como critério, por exemplo, para a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos.

“Historicamente, o Estado não tem conseguido educar seus cidadãos com a cultura

de doação de sangue. Assim, mostra-se necessário que o poder público tome medidas incentivadoras para o ato”, considera o senador.

Diante do quadro recorrente de desabastecimento dos bancos de sangue no Brasil, Romário considera “imperioso” utilizar estratégias inovadoras para estimular as pessoas a se tornarem doadoras regulares.

“É uma estratégia que merece receber atenção especial, pois seu público-alvo é bastante amplo”, afirma.

## Idoso poderá ter atendimento escalonado por idade

O atendimento prioritário aos idosos poderá ser escalonado por idade. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo a projeto que promove o ajuste no Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) e na Lei do Atendimento Prioritário (Lei 10.048, de 2000).

Da senadora Simone Tebet (MDB-MS), o PLS 142/2018 tem a intenção de dar efetividade à prioridade especial aos maiores de 80 anos já garantida pelo Estatuto do Idoso.

“Propomos um escalonamento do atendimento preferencial aos idosos, com prioridade total aos maiores de 80 anos, e aos maiores de 70 sobre os maiores de 60 anos”, explica Simone.

O substitutivo do relator, senador Eduardo Girão (Podemos-CE), amplia a cobertura etária estabelecida pela proposta. Assim, salvo nos casos de emergência médica justificada, fica garantida prioridade de atendimento aos

mais idosos sobre os menos idosos, contemplando, progressivamente, centenários, nonagenários, octogenários, septuagenários e sexagenários.

“A prioridade aos mais idosos na proporção de sua idade é um imperativo de respeito e solidariedade, especialmente se considerarmos que os idosos têm crescido notavelmente na composição da população brasileira”, avalia Girão no parecer, que ainda será votado em turno suplementar.

## Universidades comunitárias pedem financiamento

Em audiência pública ontem, representantes do Ministério da Educação (MEC) e das universidades comunitárias, debateram as dificuldades que essas instituições enfrentam para se manter. Na reunião, o presidente da Comissão de Educação (CE), Dário Berger (MDB-SC), afirmou que, mesmo com a sanção da Lei 12.881/2013, ainda não há um entendimento consolidado sobre como essas instituições se organizam.

O senador disse que relatou o PL 3.509/2019, aprovado na CE na terça-feira, que garante a participação das instituições comunitárias no processo de escolha dos membros do Conselho Nacional de Educação.

— Justamente pela impor-

tância do modelo comunitário de educação superior, propus a realização dessa audiência, a fim de que mais pessoas possam entender como funcionam e como são fundamentais essas instituições para o Brasil.

A principal queixa dos representantes do setor foi a de que essas universidades precisam de opções de financiamento, já que são entidades sem fins lucrativos e sobrevivem da mensalidade dos alunos.

Segundo o presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), Claudio Jacoski, as universidades comunitárias do estado, que abrigam mais de 140 mil alunos, têm como diferencial a pesquisa aplicada.

— As nossas instituições

conseguem, a partir da relação da extensão com comunidade, descobrir os problemas para transformá-los em soluções, em *startups*, em negócios, em produtos diferenciados a serem oferecidos à frente — disse.

O diretor de Política Regulatória do MEC, Marcos Heleno Guerson, afirmou que o termo “comunitária” ainda é muito desconhecido até entre os próprios alunos dessas universidades. Ele disse que hoje há 8,9 milhões de estudantes que não entraram na universidade após o ensino médio e que as universidades comunitárias podem ser uma solução para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação de elevar a taxa de matrícula no nível superior de ensino.

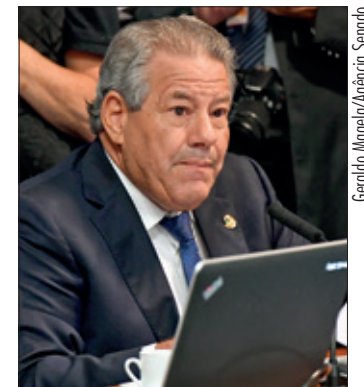
## Vítima de violência terá cota de vagas em empresas, prevê texto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que reserva a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ou de vulnerabilidade social, ao menos 5% das vagas de emprego nas prestadoras de serviços a terceiros. O PLS 244/2017 recebeu parecer favorável do relator, senador Luiz do Carmo (MDB-GO).

Para a autora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), a medida contribui para que mulheres nessas situações possam se desencilhar economicamente dos algozes e, assim, romper o ciclo de violência.

“Possibilitar à mulher uma garantia do vínculo empregatício viabilizará o rompimento da dependência de seus cônjuges ou companheiros em caso de violência doméstica e familiar”, sustenta Rose.

Luiz do Carmo apresentou subemenda a uma alteração feita pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para tornar preferencial, e não obrigatório, o preenchimento das vagas. Com isso, sustenta, permite-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho sem abrir espaço para a punição do empresário que não puder atender ao comando legal por motivos alheios a sua vontade.



Texto apoia mulher sem punir empresário, avalia Luiz do Carmo

## Aluno afastado por doença deve ter avaliação adaptada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto que determina a aplicação de avaliações adaptadas às necessidades de cada aluno incluído no regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde. Da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), o PLS 294/2018 recebeu voto favorável do relator, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). O texto seguiu para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Aos alunos de qualquer nível educacional que, por motivo de saúde, não possam comparecer à instituição de ensino, é assegurado tratamento excepcional, tendo assim a possibilidade de realizar em casa os exercícios escolares. O regime estende-se também a

estudantes com gestação a partir do oitavo mês. Essas prerrogativas, no entanto, não alcançam o sistema de avaliação, que permanece presencial.

Rose defende que as avaliações de rendimento sejam compatíveis com a excepcionalidade de cada estudante.

“Julgamos que as formas de avaliação a serem adotadas devem, sempre que possível, privilegiar instrumentos não presenciais, apoiados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação tão disseminadas nos dias atuais”, argumenta na justificativa da proposta.

Styvenson considera que existem tecnologias suficientes para viabilizar a avaliação não presencial de desempenho de estudantes.

## Colegiado aprova medidas para combater evasão escolar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto com medidas para estimular o poder público a prevenir a evasão e o abandono escolar, um “drama persistente” no país, segundo o autor, senador Marcos do Val (Cidadania-ES). O texto segue para análise da Comissão de Educação (CE).

Relatado por Arolde de Oliveira (PSD-RJ), o projeto insere no Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) a exigência de recenseamento anual de crianças e adolescentes em idade escolar, atribui ao poder público a competência de fazer a chamada pública dos estudantes e de zelar, com os pais e responsáveis, pela frequência à escola.

O poder público fica obrigado a adotar estratégias para prevenir a evasão e o abandono escolar, inclusive por meio de visitas domiciliares, busca ativa e ações de caráter intersetorial.